

Sobre as razões de Quine para a indeterminação da tradução holofrástica

On Quine's reasons for holophrastic indeterminacy of translation

Resumo

Uma suposição comum sobre a tese da indeterminação da tradução holofrástica de Quine é que ela se baseia na sua tese da subdeterminação de teorias pelas observações. Quine de fato empregou esse argumento. No entanto, sua formulação madura da tese da subdeterminação tornou o argumento inválido, o que o levou a abandoná-lo. Este artigo explica essa mudança no pensamento de Quine e indica as suas razões maduras para indeterminação da tradução holofrástica.

Palavras-chave: Quine; indeterminação da tradução; indeterminação holofrástica; subdeterminação

Abstract

A common assumption about Quine's indeterminacy of holophrastic translation is that his main reason for it was his thesis of underdetermination of theories by observations. Quine in fact made that argument. Yet, his mature formulation of the thesis of underdetermination rendered that argument invalid, and he subsequently dropped it. This paper explains that shift in Quine's thought and indicates his mature reasons for indeterminacy of holophrastic translation.

Keywords: Quine; indeterminacy of translation; holophrastic indeterminacy; underdetermination

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: rogerio.severo@ufrgs.br

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: guilherme.gschuler@gmail.com

Recebido em: 22/01/2020 - Aceito em: 18/04/2021

Introdução

A tese quineana da indeterminação da tradução afirma que se há um manual de tradução para um discurso ou texto qualquer, então há outros manuais de tradução que (i) permitem aproximadamente o mesmo grau de fluência em diálogos e negociações com os falantes nativos da língua traduzida, mas que (ii) são incompatíveis entre si e com o manual de tradução original. Essa incompatibilidade consiste no seguinte: se os manuais são usados alternadamente na tradução de um mesmo texto ou discurso, então o resultado é um texto ou discurso incoerente na nossa língua. Em outras palavras, as expressões traduzidas segundo um manual não são intersubstituíveis pelas expressões traduzidas segundo um manual alternativo (ver Quine, 1992, p. 48). O principal texto de Quine sobre esse assunto é o capítulo dois de *Word and Object* (1960), mas há discussões importantes também em (1969), (1970), (1987) e (1992), além de diversos outros comentários mais curtos.¹

A partir da década de 1970, Quine passa a distinguir entre a tradução de frases tomadas como um todo (tradução holofrástica) da tradução de partes de frases (em particular, a tradução de termos). Consequentemente, passa a formular mais de uma tese de indeterminação da tradução. Ele especialmente distingue a indeterminação da tradução de frases tomadas como um todo (ou *indeterminação da tradução holofrástica*) e a indeterminação da tradução de termos (que Quine chamou de “relatividade ontológica” (1969) e “inescrutabilidade de termos” (1970), antes de decidir-se por “indeterminação da referência” (1992) – essas três expressões querem dizer o mesmo para ele (ver Quine, 1986a, p. 459, e 1992, p. 50). Os argumentos usados por Quine para sustentar essas teses foram distintos. Para a indeterminação da referência, usou um experimento mental (gavagai, em *Word and Object*), um caso real de tradução (de classificadores japoneses, em (1969) – depois contestado por Iida (1998), com o que Quine anuiu) e – seu argumento preferido nos textos maduros – uma prova lógica, com uso de funções de substituição (*proxy functions*) em (1981, p.19, e 1992, pp. 31-32). Segundo Quine, a tese da indeterminação da referência, por admitir uma prova lógica, é incontroversa. Mas ela é também de pouca consequência filosófica. Diz apenas que ajustes nos significados de termos podem se anular mutuamente de tal modo que as frases de que fazem parte mantenham inalterados seus significados empíricos,

1 Uma apresentação sistemática e referências adicionais podem ser encontradas em Hylton (2007, cap. 8).

isto é, suas condições empíricas de confirmação e desconfirmação. A tese da indeterminação da tradução forte não é essa, mas a da indeterminação da tradução holofrástica. Para essa tese, Quine não apresentou nenhuma prova nem casos ilustrativos concretos. Ele a considerava uma conjectura (ver 1986a, p. 728), baseada em considerações mais gerais sobre a natureza de nossa linguagem. Essa segunda tese, da indeterminação da tradução holofrástica, é filosoficamente mais relevante para Quine, pois tornaria indefensável a concepção tradicional segundo a qual o significado de uma frase é uma proposição. Se a tese da indeterminação da tradução holofrástica estiver correta, então uma frase pode ter diversos significados sem que isso altere sua função em diálogos e negociações. Em outras palavras, a ideia de que cada frase é a expressão de uma proposição seria irrelevante para a explicação do modo como funciona a nossa linguagem. Na obra de Quine, a dispensabilidade de proposições na explicação da linguagem foi também defendida de outras maneiras. A indeterminação da tradução é uma espécie de corolário de sua concepção naturalista da linguagem, esboçada de modo mais completo em *The roots of reference* (1973).

Na literatura secundária sobre a indeterminação holofrástica, geralmente se supõe que a principal razão apresentada por Quine para sustentá-la foi a sua tese da subdeterminação de teorias pelas observações. Isso se deve ao seu artigo de 1970, “On the reasons for indeterminacy of translation”, que explicitamente apresenta a tese da subdeterminação como uma razão para a indeterminação da tradução holofrástica. O mesmo argumento já havia aparecido anteriormente (1960, p. 78). Ocorre que nos diversos textos de Quine publicados após 1970 sobre esse tema, o argumento não aparece mais. Se essa era sua principal razão para a indeterminação da tradução holofrástica, então como se explica essa lacuna? No presente artigo, argumentamos que Quine deixou de usar aquele argumento porque mudou sua formulação da tese da subdeterminação (1975) e essa mudança tornou o argumento anterior inválido.

1. O argumento ‘a partir de cima’

O argumento a partir da subdeterminação, ou ‘*argument from above*’, foi apresentado por Quine na sua forma mais conhecida em seu artigo de 1970 (pp. 179-180). Até hoje essa é tida como a sua principal razão para a indeterminação da tradução holofrástica. Soames (2003, p. 247), por exemplo, diz que esse é “o argumento mais influente e desafiador de Quine para a indeterminação da tradução”. Kirk afirma (2004, p. 168) que esse é o “verdadeiro

fundamento [*real ground*]” para a tese. Miller (2006, p. 101) sustenta que “o ‘verdadeiro fundamento’ para a doutrina da indeterminação não é a construção de um conjunto alternativo de hipóteses analíticas coerente com os fatos sobre significado-de-estímulo [*stimulus meaning*], mas a ideia de que a teoria física é subdeterminada por toda evidência observacional possível” – conforme veremos, isso é exatamente o oposto do que Quine veio a pensar depois de 1975. Allen (2010) e Khani (2018) também dizem que a razão “mais ampla e profunda” de Quine para a indeterminação holofrástica é a subdeterminação. Todos esses autores consideram deficiente esse argumento de Quine, algo com o que o próprio Quine explicitamente concordou no final da década de 1970 (ver Kirk, 1977, p. 141, n. 1). Mas nenhum deles – nem o próprio Quine – explica por que o argumento desapareceu da obra de Quine após 1975. Se esse era o argumento mais importante, por que não foi mais mencionado nos textos tardios que explicitamente discutem a tese da indeterminação da tradução holofrástica (em especial, Quine (1987) e (1992))?

Em que consiste o argumento ‘a partir de cima’? Uma vez que a indeterminação da tradução holofrástica – diferentemente da indeterminação da referência – é uma conjectura, um argumento em seu favor pode no máximo ter como meta tornar a tese mais plausível ou mais persuasiva. O argumento a partir da subdeterminação (‘de cima’), tal como aparece em (1970), é um argumento desse tipo. Ele é endereçado a pessoas que já estão convencidas da verdade da tese da subdeterminação. Essa é a premissa principal do argumento, cuja verdade é pressuposta e não justificada. A tese da subdeterminação de teorias pelas observações, tal como Quine a formulava em 1970, afirmava que dada uma teoria científica qualquer que postule entidades ou princípios teóricos (isto é, uma teoria que não seja uma mera listagem de relatos de observações, mas que faça afirmações sobre entidades ou relações entre entidades que não podem ser observadas), segue-se que há outras teorias que preveem as mesmas observações, mas que não postulam as mesmas entidades ou princípios teóricos. Em outras palavras, para qualquer uma dessas teorias, haveria teorias rivais empiricamente equivalentes. Se tomamos essas teorias rivais como descrições do mundo em que vivemos, então não seria possível mais de uma delas ser verdadeira, uma vez que divergiriam entre si sobre o que não é observável. Haveria ao menos alguns enunciados teóricos de cada uma dessas teorias que não seriam compatíveis com a verdade dos enunciados teóricos das teorias rivais. A rivalidade entre essas teorias, portanto,

é concebida como uma incompatibilidade lógica.² Quine baseou-se (1975) nessa tese de subdeterminação para sustentar a plausibilidade da conjectura da indeterminação holofrástica. A passagem mais importante a esse respeito é esta: “À medida que a verdade de uma teoria física é subdeterminada por observáveis, a tradução da teoria física de um estrangeiro é subdeterminada pela tradução de suas frases observacionais” (p. 179). Isto é, do mesmo modo que há subdeterminação dos enunciados teóricos de uma teoria pelos enunciados observacionais (duas teorias podem concordar nos enunciados observacionais e divergir nos enunciados teóricos), assim também há subdeterminação da tradução de um teoria formulada em língua estrangeira para a nossa língua. Mesmo que conseguíssemos traduzir determinadamente todos os enunciados observáveis desses estrangeiros, ainda assim haveria mais de uma possibilidade de tradução dos enunciados teóricos de suas teorias. Do mesmo modo que os enunciados teóricos deles são subdeterminados pelos indícios observacionais que têm à disposição, assim também a tradução dos enunciados teóricos deles é subdeterminada pelos seus enunciados observacionais, traduzidos para a nossa língua. Nesse sentido, a tradução da parte teórica dessas teorias estrangeiras seria indeterminada, pois haveria mais de uma tradução possível, todas elas igualmente compatíveis com os enunciados observáveis e com os comportamentos observáveis dos falantes nativos estrangeiros.

Esse argumento não prova que há indeterminação da tradução holofrástica, pois se baseia numa tese igualmente conjectural, a da subdeterminação. Além disso, é um argumento limitado aos enunciados *teóricos* dos falantes estrangeiros. Então, na melhor das hipóteses, esse argumento mostraria a plausibilidade da conjectura da indeterminação da tradução holofrástica de enunciados teóricos (isto é, enunciados cujos significados não têm como ser fixados por observações – Quine efetivamente acredita que nenhum enunciado tem seu significado completamente fixado por observações, mas, para fins desse argumento, isso é desconsiderado, pois exigiria argumentação adicional). Ainda assim, se seguimos Quine e aceitamos ser plausível a tese da subdeterminação, então temos uma razão para achar que também a tradução holofrástica dos enunciados teóricos de uma teoria é indeterminada. À medida que há subdeterminação desses enunciados, há também indeterminação na sua tradução holofrástica.

2 Detalhes da formulação da tese da subdeterminação por Quine e a evolução do seu pensamento a esse respeito podem ser encontrados em Severo (2008).

2. O argumento tornou-se inválido

No entanto, Quine reformulou (em 1975) sua tese da subdeterminação, deixando de conceber a rivalidade de teorias subdeterminadas em termos de incompatibilidade lógica. Essa incompatibilidade é irrelevante, ele descobriu, uma vez que pode ser contornada em todos os casos. Ela é um fenômeno terminológico apenas e pode ser eliminada pela alteração do vocabulário de uma das teorias. Digamos que tenhamos duas teorias que são exatamente iguais, exceto que em uma delas todas as ocorrências da palavra “elétron” foram trocadas por ocorrências de “molécula” e vice-versa. Como esses são termos teóricos, temos agora duas teorias que preveem exatamente as mesmas observações, mas que divergem nos seus enunciados teóricos. Há alguns enunciados que uma das teorias contém sobre elétrons que são incompatíveis com os enunciados que a outra teoria faz sobre elétrons. Essas duas teorias são, a rigor, logicamente incompatíveis. Mas essa incompatibilidade, vemos imediatamente, é irrelevante: o que temos é uma mera diferença terminológica, que pode ser contornada traduzindo-se, numa das teorias, “elétron” por “molécula” e vice-versa. Feita essa tradução, temos não duas teorias, mas uma só. Sempre que uma incompatibilidade lógica entre termos teóricos pode ser evitada por esse tipo de expediente, temos não uma rivalidade teórica, mas uma mera diferença terminológica. Trata-se de formulações diferentes de uma mesma teoria, do mesmo modo que a teoria da relatividade de Einstein escrita em português e em alemão são formulações linguisticamente diferentes da mesma teoria.

Mas há casos de divergências que podem ser mais complexos. Em se tratando de divergências entre teorias empiricamente equivalentes, há ao menos um enunciado teórico que uma das teorias implica e que a outra nega. Quine sustentou que pode haver três situações possíveis nesses casos: (i) se os enunciados teóricos implicados estão formulados na mesma linguagem da outra teoria, então ambas as teorias podem ser agrupadas numa só. Os enunciados teóricos adicionais que apenas uma das teorias implicava podem ser mantidos (para resolver problemas teóricos deixados abertos pela outra teoria) ou cortados (uma vez que não afetam as previsões observáveis). Nesse caso, não temos subdeterminação, pois não há rivalidade teórica. (ii) Se os enunciados teóricos implicados por uma das teorias, mas não pela outra, contêm expressões que a linguagem da segunda teoria não contém e que não têm como ser traduzidos para essa linguagem (isto é, as linguagens das duas teorias são parcialmente intraduzíveis), então temos duas teorias irreconciliáveis, mas cuja incompatibilidade lógica não tem como ser afirmada ou negada. Para mostrar

que há incompatibilidade lógica, é necessário exibir ao menos um enunciado implicado por uma que seja negado pela outra. Não temos isso nesse caso. Como se trata de enunciados formulados em línguas diferentes, que não temos como traduzir, não temos como mostrar que há um enunciado afirmado por uma, mas negado pela outra. No máximo, o que podemos mostrar é que uma implica um enunciado do tipo *A* e que a outra implica um enunciado do tipo *B*. Há rivalidade e subdeterminação nesse caso, mas ela não tem como ser descrita em termos de incompatibilidade lógica. (iii) Se o conjunto dos enunciados implicados por uma das teorias é incompatível com a outra teoria, então temos ao menos um enunciado de tipo *A* que é negado pela outra teoria. Como esse é um enunciado teórico cujo significado não é fixado por observações, podemos traduzi-lo, usando predicados novos (não usados na linguagem de nenhuma dessas teorias), resultando num novo enunciado, digamos, *A**. Esse novo enunciado ou é compatível com a linguagem da teoria rival, como no caso (i) acima, ou é intraduzível à linguagem da teoria rival, como no caso (ii) acima (ver Quine, 1990, p. 13; 1992, p. 97). Desse modo, o único caso em que há rivalidade entre teorias empiricamente equivalentes é o (ii). Isso pode se dever aos predicados das duas teorias serem tão radicalmente diferentes que nenhum manual de tradução pode ser elaborado que os reconcilie, ou pode se dever ao fato de que tal manual seria tão complexo que todos as nossas tentativas de o encontrar fracassam. Em resumo, essa é a formulação madura de Quine da tese da subdeterminação, por ele apresentada (1975a): nossas melhores teorias do mundo estão fadadas a ter rivais empiricamente equivalentes mas não intertraduzíveis.³

Nessa nova formulação da tese da subdeterminação, em que a rivalidade teórica é concebida em termos de não intertraduzibilidade, o argumento usado em 1970 em favor da indeterminação holofrástica deixa de valer. Essa tese diz que se há um manual de tradução para as frases de uma língua qualquer, então

3 Aqui está a redação do próprio Quine:

"A tese da subdeterminação, mesmo em minha última versão, mais moderada, afirma que nosso sistema do mundo está fadado a ter alternativas empiricamente equivalentes que não são reconciliáveis por reinterpretações de predicados, por mais tortuosas que sejam. Essa, para mim, é uma questão aberta.

Em falhando isso, uma versão derradeira [*last-ditch*] da tese da subdeterminação diria meramente que nosso sistema do mundo está fadado a ter alternativas empiricamente equivalentes que, se as descobríssemos, não veríamos como reconciliá-las por reinterpretação de predicados. Nessa tese vaga e modesta eu de fato acredito". (1975a, p. 327)

Uma formulação parecida aparece em (1975b, pp. 80-81): "Onde há diferenças significativas [entre teorias rivais mas empiricamente equivalentes] é talvez onde não mais vemos como enunciar regras de tradução que reuniriam as duas [teorias em uma só]."

há manuais de tradução rivais que permitem aproximadamente o mesmo grau de fluência em diálogos e negociações com os falantes nativos da língua traduzida, embora os manuais rivais traduzam de modos *incompatíveis* algumas das frases.⁴ Em outras palavras, a tese da indeterminação diz que se há um manual de tradução, então há outros manuais. Trata-se de uma tese de múltipla traduzibilidade, dada uma tradução inicial. Se há uma tradução, então há várias. Por outro lado, a subdeterminação, tal como Quine passou a concebê-la a partir de 1975, é uma tese que postula a *intraduzibilidade* de algumas teorias rivais empiricamente equivalentes. Ela diz que temos razão para *não* esperar encontrar um manual de tradução para algumas teorias empiricamente equivalentes. Desse modo, nada se segue sobre múltipla traduzibilidade, uma vez que nesses casos não haveria tradução alguma, ao menos para as frases teóricas relevantes. Conseqüentemente, a indeterminação não pode mais ser inferida da subdeterminação (tal como formulada por Quine a partir de 1975).

Além disso, podemos fazer o raciocínio inverso. Suponhamos que temos de fato duas traduções da teoria nativa para o português. Suponhamos, ainda, que as duas traduções não são intercambiáveis frase a frase (pois os manuais são incompatíveis no sentido indicado por Quine e mencionado acima), isto é, suponhamos que temos um caso de indeterminação da tradução. Nesse caso, temos uma teoria original T formulada em alguma língua diferente da nossa, um manual de tradução que a traduz como T^* , e um segundo manual de tradução que a traduz como T^{**} . Disso se segue que T e T^* são intertraduzíveis, pois o manual de tradução pode ser usado nos dois sentidos, tanto para traduzir do idioma nativo para o nosso quanto para verter do nosso idioma para esse idioma nativo. Do mesmo modo, T e T^{**} são também intertraduzíveis. Segue-se que T^* e T^{**} são também intertraduzíveis, uma vez que T^* é uma tradução de T , que por sua vez é uma tradução de T^{**} (e vice-versa: T^{**} é uma tradução de T , que por sua vez é uma tradução de T^*). Assim, podemos dizer que T^{**} é uma tradução *de segunda* mão de T^* , no mesmo sentido em que dizemos que um romance de Dostoiévski traduzido do francês para o português é uma tradução de segunda mão do original russo, porém com a ressalva de que T^* e T^{**} , ambas estão na mesma língua. Disso podemos concluir que T^* e T^{**} são intertraduzíveis e não podem ser vistas como teorias rivais no sentido relevante para a subdeterminação (tal como formulada por Quine a partir de 1975).

4 “...as frases [...] prescritas pelos dois manuais como traduções para uma frase dada [...] podem não ser intersubstituíveis no contexto [da língua traduzida]” (Quine, 1992, p. 48). Ver também Quine (1960, p. 27; 1970, pp. 179-180; 1987, p. 8; 1992, pp. 42-49).

3. O argumento quineano para a indeterminação da tradução holofrástica após 1975

Quine abandonou o argumento ‘a partir de cima’ (isto é, da subdeterminação) para a indeterminação da tradução holofrástica em seus escritos subsequentes. Ele é lacônico a respeito, no entanto, e não deixa claro se o abandonou pelas razões indicadas acima. Em seus escritos publicados, meramente diz: “perdi o gosto [*lost my liking*]” (1979, p. 66) pelo argumento, devido à sua “inferioridade” (1986a, p. 460). Nesses comentários, ele menciona uma outra razão, que não está relacionada à indicada na seção 2 acima: “no caso em que uma das duas teorias rivais é a nossa, [...] prefiro o acordo, sempre que possível, entre os nativos e nós próprios sobre a verdade de uma frase e sua tradução. Essa política favoreceria a atribuição de nossa própria física [aos nativos] em vez da [física] rival” (1979, p. 67). O ponto aqui não é que a subdeterminação não pode em geral implicar a indeterminação, mas apenas que a indeterminação é efetivamente contornada sempre que uma das traduções resultar em uma teoria que se pareça à nossa. Isso está de acordo com uma máxima de traduções em geral, pois a fluência em diálogos e negociações é o que se busca numa tradução e geralmente ela é facilitada por acordos nos juízos (sobre a verdade de um enunciado). O argumento de Quine nessa passagem é diferente do que indicamos na seção anterior.

No entanto, em uma correspondência não publicada endereçada a Kirk em 13 de setembro de 1976, Quine responde a uma pergunta de Kirk exatamente sobre esse ponto. Ele escreveu que abandonou o argumento ‘a partir de cima’ depois de 1975 em razão de sua reformulação da tese da subdeterminação. Kirk havia perguntado em uma correspondência anterior (ambas as cartas estão disponíveis nos arquivos da Houghton Library da Harvard University) se o argumento ‘a partir de cima’ seria “eliminado por definição” dada a sua nova (1975b) formulação da subdeterminação. Quine respondeu: “Concordo com você. O ponto que você cita de ‘The nature of natural knowledge’ e que eu desenvolvi mais plenamente em ‘On empirically equivalent systems of the world’ (Erkenntnis 1975) de fato demole com o argumento de A e B que eu propus em ‘On the reasons for indeterminacy of translation’.” (Quine 1976). Isso confirma o argumento apresentado no presente artigo.

Podemos então indagar: quais argumentos Quine empregou para a indeterminação da tradução holofrástica após 1975, dado que abandonou o argumento ‘a partir de cima’? Em seus textos tardios, seus argumentos foram mais abstratos, baseados em sua concepção geral da linguagem. Não foram argumentos novos, mas os mesmos que já estavam presentes em *Word and*

Object (1960) e outros textos anteriores a 1970. Há duas premissas básicas para esse argumento mais geral. Uma é o chamado “behaviorismo linguístico” de Quine. A outra é o holismo. Ele escreveu que “em psicologia podemos ser ou não ser behavioristas, mas em linguística não temos escolha” (1987, p. 5). Aprendemos uma linguagem observando os comportamentos de outras pessoas, gradualmente adquirindo disposições de fala pela associação de sequências de sons a contextos. Tanto no reconhecimento de sequências de sons similares e no reconhecimento de contextos observáveis similares, dependemos de nossas predisposições perceptuais inatas, que em boa medida compartilhamos com os outros membros de nossa espécie. Alguns sons chamam mais a nossa atenção que outros, do mesmo modo que algumas cores, formas, cheiros e assim por diante, e de modo semelhante para rostos humanos e alguns gestos, comportamentos e circunstâncias ambientais, em relação às quais tendemos a reagir de modos semelhantes. Com base nessas disposições iniciais, novas disposições são adquiridas, por repetição e observação, e a seu tempo disposições de segunda ordem são também adquiridas do mesmo modo. O processo não é linear, uma vez que inclui saltos e descontinuidades. A “porta de entrada” para a linguagem, de acordo com Quine, são as frases observacionais, isto é, frases a que aprendemos a assentir (ou dissentir) imediatamente em circunstâncias ambientais observáveis. Quine descreve o que considerou um esboço plausível de como a linguagem é primeiramente aprendida e depois evolui a uma linguagem adulta (1973). Vamos pular os detalhes. O que importa aqui é apenas não haver uma conexão direta ou imediata entre as frases observacionais e as frases teóricas que todos aprendemos a usar e cujos significados não são fixados por observações. Em vez disso, elas se relacionam holisticamente às frases observacionais. Ligam as frases observacionais formando um sistema ou teoria, que nos permite falar sobre o que não observamos. Mas há uma ‘folga [slack]’, Quine diz. Diferentes frases teóricas podem arredondar o sistema igualmente bem, assim formando teorias ou explicações alternativas. Diferentemente das frases observacionais, cujo significado empírico está diretamente ligado às observações, o significado empírico das frases teóricas é indeterminado. Não podemos explicá-los indicando meramente as circunstâncias observáveis em que seu uso é apropriado. Na melhor das hipóteses, as explicamos por meio de outras frases, isto é, traduzindo-as. Mas as explicações podem variar, e podemos jogar com as palavras em certa medida, ajustando as outras frases de tal modo que o discurso como um todo resulte coerente e concorde com as frases observacionais. Há algumas restrições a esse procedimento, mas não há nenhuma razão

geral para se esperar que apenas uma tradução para um dado texto qualquer seja possível. Essa é a tese da indeterminação da tradução holofrástica. Ela difere da indeterminação da referência porque os ajustes compensatórios são feitos não no interior das frases, mas entre as frases. Na indeterminação da referência não há mudança nos valores de verdade de cada frase: mudanças nas referências de termos são compensadas por alterações nos significados de outros termos que compõem aquela mesma frase. Na indeterminação holofrástica, por outro lado, as próprias frases são ajustadas entre si, e por isso é de se esperar que nesses ajustes ao menos algumas frases sejam traduzidas, em manuais rivais, como frases que diferem nos seus valores de verdade.

O cenário da tradução radical pretende ilustrar essa situação. Baseado no que pode ser observado no comportamento dos nativos, o tradutor elabora hipóteses sobre quais sequências de sons são usadas em quais contextos. Tentativamente, formula um manual de tradução, que associa palavras e frases a contextos de usos. O processo tem algumas restrições: repetições de sons e gestos semelhantes em contextos semelhantes indicam que uma frase ou palavra semelhante está sendo usada, empatia pelos nativos restringe a atribuição a eles de frases que nós não estamos inclinados a usar em circunstâncias semelhantes, máxima fluência em diálogos e negociações é preferível, e assim por diante. Quine considera essas restrições insuficientes para determinar uma tradução única. Assim, a indeterminação da tradução segue-se como uma conjectura plausível: “Considerações desse tipo [...] são tudo o que o tradutor radical tem em que se basear. [...] Essas reflexões deixam-nos pouca razão para esperar que dois tradutores radicais, trabalhando independentemente [na língua nativa], elaborariam manuais de tradução aceitáveis a ambos” (1987, p. 8). Esse argumento pode ser encontrado anteriormente (1987), mas também em textos posteriores (1990, p. 5; 1992, §§ 18-19), e não há mais menção do argumento a partir da subdeterminação. Trata-se de um argumento já usado antes (ver 1960, § 15, and 1969), não há novidade. Essas são as razões maduras de Quine para a indeterminação holofrástica.⁵

5 Agradecemos aos colegas Acrísio Gonçalves e David Horst por suas leituras e comentários a uma versão anterior deste artigo e a um parecerista anônimo deste periódico pelas suas sugestões e críticas. Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada em 17 de dezembro de 2019 na conferência *The origins and legacy of Quine's naturalism*, na Universidade de Glasgow. Agradecemos aos participantes, em especial Peter Hylton, Gary Kemp e Sander Verhaegh, pelos comentários e críticas.

Referências

- ALLEN, S. Can theoretical underdetermination support the indeterminacy of translation? Revisiting Quine's 'real ground'. *Philosophy*, v. 85, p. 67-90, 2010.
- DUMMETT, M. *Frege: philosophy of language*. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981 [1st ed. 1973].
- HUMPHRIES, B. Indeterminacy of translation and theory. *Journal of Philosophy*, v. 67, n. 6, p. 167-178, 1970.
- HYLTON, P. *Quine*. New York: Routledge, 2007.
- IIDA, T. Professor Quine on Japanese classifiers. *Annals of the Japan Association for Philosophy of Science*, v. 9, n. 3, p. 111-118, 1998.
- KHANI, A. Quine on the indeterminacy of translation: a dilemma for Davidson. *Dialectica*, v. 72, p. 101-120, 2018.
- KIRK, R. More on Quine's reasons for indeterminacy of translation. *Analysis*, v. 37, p. 136-141, 1977.
- _____. Indeterminacy of translation. In: *The Cambridge Companion to Quine*, ed. by R. Gibson Jr., 151-180. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MILLER, A. Meaning scepticism. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language*, ed. by M. Devitt and R. Hanley, p. 191-213. Malden, Mass.: Blackwell, 2004 .
- QUINE, W. V. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- _____. Ontological relativity. In: _____. *Ontological relativity and other essays*, p. 26-68. New York: Columbia University Press, 1969.
- _____. On the reasons the indeterminacy of translation. *Journal of Philosophy*, v. 67, p. 178-183, 1970.
- _____. *The roots of reference*. La Salle, Ill.: Open Court, 1973.
- _____. On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, v. 9, p. 313-328, 1975a.
- _____. The nature of natural knowledge. In: *Mind and language*, ed. by S. Guttenplan, p. 76-81. Oxford: Clarendon Press, 1975b.
- _____. Personal letter to Robert Kirk, dated 13 September 1976. In: W. V. Quine papers. MS Am 2587 (592). Houghton Library, Harvard University, Cambridge, Mass.
- _____. Comments on Newton-Smith. *Analysis*, v. 39, p. 66-67, 1979.
- _____. *Theories and things*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.
- _____. Reply to Paul A. Roth. In: *The Philosophy of W. V. Quine*, ed. by E. H. Hahn & P. A. Schilpp, p. 459-461, 2a ed. exp., 1998. Chicago: Open Court, 1986a.
- _____. Reply to John Woods. In: *The Philosophy of W. V. Quine*, ed. by E. H. Hahn and P. A. Schilpp, p. 726-728. 2a ed. exp., 1998. Chicago: Open Court, 1986b.
- _____. Indeterminacy of translation again. *Journal of Philosophy*, v. 87, p. 5-10, 1987.

- _____. Three indeterminacies. In: *Perspectives on Quine*, ed. R. Barrett and R. Gibson Jr., p. 1-16. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- _____. *Pursuit of Truth*. 2ª ed. rev. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.
- ROTH, P. Semantics without foundations. In: *The Philosophy of W. V. Quine*, ed. by E. H. Hahn and P. A. Schilpp, p. 433-458. 2a ed. exp., 1998. Chicago: Open Court, 1986.
- SEVERO, R. 'Plausible insofar as it is intelligible': Quine on underdetermination. *Synthese*, v. 161, p. 141-165, 2008.
- SOAMES, S. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century – Volume 2: The Age of Meaning*. Princeton: Princeton University Press, 2003.